

### Representantes presentes da Câmara Social

1. Paulo Roberto Peneluppi (AEA)
  2. Luiz Roberto Barretti (ABES)
  3. Elias Rahal Neto (APROESP)
  4. Klecia Gili Massi (UNESP)
  5. Wilson Cabral de Sousa Junior (ITA)
  6. Evandro Albiach (INPE)
  7. José R. Law da Silva (UNIP) - suplente
  8. Lincoln Delgado (GCE)
  9. José Áureo de Faria (Res. União)
  10. Ralf Gielow (SAVIVER)
  11. Daniela A. Moretti (AABE) – suplente
  12. Silvio Holleben (AABE) – suplente
  13. Osmar Ferreira (SINDNAPI)
  14. Kelly Caramelo (SASP)
  15. Camila Schwarz (SASP) - suplente
  16. Renato T. Veneziani (SIND.RURAL)
  17. Maria Rita Singulano (ACONVAP)
  18. Ronaldo Madureira (SEURBS)
  19. Teles Pivetta (SEURBS) - suplente
  20. Andrea Sundfeld (SEURBS) - suplente
  21. Francisco Couto (SEURBS)
  22. Jonas Motta (SEURBS) - suplente
  23. Paulo Caon (SEURBS)
  24. Dolores Moreno Pino (SEURBS)
  25. Georges Assaad (GARD)
  26. Angela Miromi Baldan (Saúde)
  27. Elizabeth Bismarck (Saúde)
  28. Sidney Campos (Educação)
  29. Vinícius de P. Corrêa (SIDE)
  30. Alberto V. Queiroz (SFX) - suplente
  31. Francisco Godoy (SMC)
  32. Gabriela Fachini (SMC) - suplente
  33. Rodrigo Costa (URBAM)
  34. Gustavo Nilo Bahia Diniz (SABESP)
  35. Hermínio Palmutti (SABESP) – suplente
  36. Rogério Cyborg (Câmara)
  37. Dulce Rita Dabkiewics (Câmara)
- 

### Demais cidadãos presentes

1. Ricardo M. Marcondes Ferraz (AASM)
  2. Ana Paula N. A. Corrêa (SEURBS)
  3. Esnel C. Barbosa (APROESP)
  4. Derik Luiz Fernandes da Silva (SEURBS)
  5. Grazielli Mansur (SEURBS)
  6. Henrique Augusto Robortella (SEURBS)
- 

### Ausências Justificadas

1. Sueleide Silva Prado (VALE VERDE)
2. Fernanda Fowler Puppio Carbone (OAB)

**Pauta:**

- a) Aprovação das Atas;
  - b) Código de Arborização;
  - c) Composição das Câmaras Técnicas;
  - d) Informes.
- 

1 Às catorze horas e trinta minutos do dia treze de junho de dois mil e dezoito, o  
2 Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Lincoln Delgado (GCE), deu  
3 início à reunião ordinária, cumprimentando os presentes e agradecendo a presença de  
4 todos. Relatou os assuntos da pauta, submetendo as Atas de reuniões anteriores à  
5 aprovação do Conselho, as quais foram consideradas aprovadas. Na sequência,  
6 destacou a inclusão em pauta de um assunto de grande relevância, qual seja linha de  
7 transmissão de energia elétrica que deverá passar pela Zona Norte da Cidade de São  
8 José dos Campos. Informou que o assunto em questão seria comentado nos  
9 "Informes", porém sugeriu a inversão de pauta, considerando a importância do tema.  
10 Em seguida, passou a palavra ao Município e convidado Cedric, que após  
11 cumprimentar a todos, esclareceu que reside na Cidade de São José dos Campos,  
12 mais especificamente no "Bairro do Guirra". Informou aos presentes que recentemente,  
13 teve conhecimento de que desde o início do ano recorrente foi estabelecido um projeto  
14 na região que propõe a inserção de uma linha de transmissão na Cidade. Ressaltou  
15 que após a abordagem da empresa responsável pelo projeto, junto aos moradores da  
16 região, passou a buscar informações acerca do projeto em questão, e após pesquisas  
17 realizadas e conversas com os demais moradores da região, encaminhou a situação  
18 para a Prefeitura de São José dos Campos, a fim de verificar qual o posicionamento do  
19 Órgão Público acerca do projeto. Na sequência, fez uma apresentação do projeto para  
20 os presentes, esclarecendo alguns pontos pertinentes, por meio de mapas ilustrativos.  
21 Identificou o trajeto e a extensão da linha de transmissão, destacando quais serão as  
22 regiões afetadas, os responsáveis pelo projeto, os órgãos competentes a avaliar o  
23 projeto e conceder a licença necessária e quais serão as consequências da instalação  
24 desta nova linha de transmissão. Destacou, ainda, que diante de diversas questões e  
25 divergências acerca do projeto desenvolvido, surgiu a iniciativa e criação de uma  
26 Associação de pessoas que serão direta ou indiretamente afetadas pela inserção desta  
27 nova linha de transmissão, para que seja possível a discussão e avaliação dos  
28 impactos diretos e indiretos da referida obra, viabilizando a identificação de um melhor  
29 traçado de distribuição desta nova linha de transmissão, visando um menor impacto  
30 social e ambiental na Cidade. Esclareceu que a empresa responsável vem efetuando  
31 um trabalho paralelo, desenvolvendo conversas e intervenções diretas aos  
32 proprietários da região, sem ter consultado ou envolvido as Prefeituras de São José  
33 dos Campos e Monteiro Lobato, bem como outros Órgãos Públicos e instituições

34 locais. Enfatizou que outra questão que tem chamado à atenção de todos, é a falta de  
35 definição de corredores, vez que esta é a quarta obra linear na região, passando pela  
36 região Sul de São José dos Campos, cortando a Cidade de Leste a Oeste, o que  
37 precisa ser avaliado. Fez uma menção à Resolução do CONAMA, em seu artigo 5º,  
38 que assegura que “cabe ao Município afetado fixar diretrizes adicionais pelas  
39 peculiaridades do projeto e características ambientais da área”, ressaltando que o  
40 Município tem o poder de indicar um corredor por meio do Plano Diretor ou outro  
41 documento para adequar as necessidades do Município a este tipo de obra. Por fim,  
42 passou a tecer alguns questionamentos feitos pelos membros da Associação de  
43 Moradores ao COMAM, solicitando a constituição de uma Câmara Técnica pelo  
44 Conselho, para discussão das peculiaridades do projeto e possíveis soluções para o  
45 caso. Na sequência, o Presidente, Lincoln Delgado (GCE), passou a contextualizar  
46 alguns detalhes acerca da questão. Destacou que o IBAMA e ICMBio se pronunciaram  
47 sobre a proteção de grandes fragmentos, além dos questionamentos levantados por  
48 moradores a respeito deste desvio que passará em cima de uma região produtora,  
49 visando minimizar impactos sociais e ambientais. Enfatizou que o EIA/RIMA está sendo  
50 finalizado e deverá ser apresentado pela empresa responsável pelo empreendimento  
51 ao Conselho, na próxima reunião, além de prestar alguns esclarecimentos e seu  
52 posicionamento acerca do traçado final da linha de transmissão, sugerindo a  
53 constituição de uma Câmara Técnica para avaliação e discussão deste projeto. Em  
54 manifestação, o representante do ITA, Wilson Cabral, ressaltou a necessidade de  
55 elucidar alguns pontos acerca deste projeto. Ressaltou que a informação que foi  
56 passada em algum momento, é de que esta linha de transmissão já tem licença para  
57 instalação, de modo que as obras supostamente, já foram iniciadas. Afirmou que se de  
58 fato houve a concessão de licença prévia e autorização de instalação proferida pelo  
59 IBAMA, a mobilização para a “discussão” deste projeto deve ser outra. Questionou qual  
60 a real situação do projeto em questão, enfatizando que é de causar estranheza o fato  
61 de que uma licença tenha sido concedida sem a consulta e participação de lideranças  
62 das regiões que serão afetadas pelo traçado. O Presidente, Lincoln Delgado (GCE),  
63 esclareceu que a empresa responsável pelo empreendimento justificou que este é o  
64 quinto traçado prevendo o desvio do aterro de Tremembé, porém ainda há uma  
65 preocupação com possíveis impactos nas regiões afetadas pelo traçado, por este  
66 motivo há esta manifestação de moradores locais, requerendo a alteração do traçado.  
67 Informou que a empresa responsável já manifestou que há a possibilidade de possíveis  
68 alterações locais, desde que não haja uma mudança estrutural no traçado da linha de  
69 transmissão. A respeito da Certidão de Uso e Ocupação do Solo, destacou que é uma  
70 medida necessária, ressaltando que se houver impedimento por parte do Município  
71 quanto à instalação das torres, a empresa poderá judicializar a questão e “obrigar” o  
72 Município a emitir a respectiva Certidão. Afirmou que esta é uma exigência para que  
73 seja expedida a licença. Não obstante, manifestou sua concordância com a posição do  
74 conselheiro, Wilson Cabral, ressaltando que é importantíssimo que seja esclarecido  
75 qual é a atual situação do projeto, tendo em vista que existem muitas informações  
76 conflitantes envolvendo a questão. Sugeriu a inclusão deste tema na pauta da próxima

77 reunião do Conselho, para esclarecimento. O convidado Cedric, esclareceu que em  
78 conversa com os representantes da empresa, em 11/06/18, houve a afirmação de que  
79 está em andamento processo administrativo junto ao IBAMA, para concessão de  
80 licença prévia, o que confirma que o trâmite para instalação da linha de transmissão  
81 está em fase inicial. Afirmou que a proposta da Associação de Moradores é de que  
82 haja uma discussão e um estudo mais elaborado acerca de dois corredores que já  
83 estão estabelecidos, em regiões em que existe considerável número de moradores  
84 produtores. Na sequência, o representante do ITA, Wilson Cabral, solicitou que em  
85 caso de inclusão deste tema na pauta da próxima reunião do Conselho, sejam  
86 encaminhadas aos membros do Conselho informações sobre o tema, com certa  
87 antecedência, para que haja a valorização da discussão. O Presidente, Lincoln  
88 Delgado (GCE), concordou com a solicitação, complementando que é necessário que  
89 os representantes da Associação de Moradores disponibilizem aos conselheiros o  
90 maior número de informações possíveis envolvendo o tema, para que todos tenham  
91 subsídio para discutir o tema e encontrar possíveis soluções. Neste momento, o  
92 representante da AABE, Silvio Holleben, questionou aos representantes da Associação  
93 de Moradores das regiões afetadas pelo traçado da linha de transmissão, em que data  
94 o Conselho foi devidamente informado por estes sobre o projeto que prevê a instalação  
95 desta linha de transmissão. Em resposta, o convidado, Ricardo Ferraz, passou a  
96 informar a agenda de atividades da Associação de Moradores, desde que receberam a  
97 informação sobre o projeto em questão. Informou que dia 05/02/18, os moradores  
98 comunicaram a Fundação Florestal, que é responsável pela gestão da APA de São  
99 Francisco Xavier, por meio de uma reunião formal do Conselho da APA, de modo que é  
100 considerado que a Prefeitura de São José dos Campos passou a ter ciência do projeto  
101 de instalação desta linha de transmissão a partir desta data. Após, os moradores  
102 passaram a buscar maiores informações sobre o projeto e buscar a formalização da  
103 Associação de Moradores da Região, e passaram a pedir apoio por meio de e-mail e  
104 telefonemas aos órgãos responsáveis. Por fim, afirmou que em 07/06/18 o Conselho  
105 Municipal de Meio Ambiente fora devidamente oficiado, com o intento de formalizar a  
106 solicitação de manifestação do Conselho sobre o tema. O representante do ITA, Wilson  
107 Cabral, parabenizou a comunidade, por meio de seus representantes, pela iniciativa de  
108 trazer o tema para discussão e manifestação do Conselho, complementando que esta  
109 é uma forma legítima de apresentar ao Conselho uma demanda, para que seus  
110 membros possam estudar o tema e apresentar suas contribuições à população.  
111 Ressaltou que a Prefeitura de São José dos Campos deveria ter agido da mesma  
112 forma, pautando o Conselho acerca do tema, uma vez que tinha conhecimento da  
113 instalação desta linha de transmissão. Na sequência, a representante da UNESP,  
114 Klécia Massi, solicitou a presença dos representantes da Associação de Moradores na  
115 próxima reunião do COMAM, enfatizando que é fundamental a participação da  
116 população neste processo. Os representantes da Associação de Moradores  
117 confirmaram sua presença na próxima reunião do Conselho. A fim de prestar  
118 esclarecimentos, o representante do Poder Público, Ronaldo Madureira, informou aos  
119 presentes que assim que a Prefeitura de São José dos Campos recebeu informações

120 sobre o empreendimento, por meio dos moradores das regiões afetadas, passou a se  
121 inteirar da situação e a prestar apoio aos moradores, inclusive orientando de acordo  
122 com a legislação vigente. O representante da Câmara Municipal de São José dos  
123 Campos, Rogério Cyborg, informou que a Câmara Municipal não havia sido informada  
124 acerca deste projeto até aquele momento, colocando-se à disposição para auxiliar os  
125 moradores no que for preciso. Nada mais a tratar sobre o tema, o Presidente, Lincoln  
126 Delgado (GCE), agradeceu a presença dos convidados, reafirmando que o tema será  
127 incluído na pauta da próxima reunião do Conselho, em 19/07/18. Em seguida, deu  
128 sequência à reunião, destacando a necessidade de reestruturação do Código de  
129 Arborização vigente. Destacou que há um Plano de Arborização em andamento desde  
130 o último ano, além de um projeto de Lei, proposto pelo Vereador, Walter Hayashi, que  
131 se encontra tramitação na Câmara Municipal de São José dos Campos, bem como em  
132 atenção da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade. Na sequência, a  
133 representante do Poder Público, Andrea Sundfeld, passou a contextualizar o tema,  
134 prestando informações acerca da necessidade de atualização do Código de  
135 Arborização. Em seguida, a representante da SASP, Kelly Caramelo, relatou aos  
136 presentes que efetuou pesquisas sobre o tema, passando a fazer algumas colocações.  
137 Destacou que o Plano de Arborização proposto pela Prefeitura prevê para os próximos  
138 10 (dez) anos, uma média de plantio de 12 (doze) árvores por dia, ademais, verificou  
139 que na Zona Rural do Município, entre as regiões Norte e Sul, existem menos de 2%  
140 (dois por cento) de árvores plantadas, manifestando a sua preocupação. Chamou a  
141 atenção de todos para as obras proferidas pela Prefeitura de São José dos Campos, na  
142 região Sul, no Bosque dos Eucaliptos, nas proximidades do SESI, que acarretou a  
143 supressão de 15 (quinze) árvores no local, enfatizando que em nenhum momento  
144 houve a consulta do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o que causa muita  
145 preocupação. Solicitou que os membros da Câmara Técnica do Código de Arborização  
146 a ser constituída se atentem a estas questões e busquem possíveis soluções. Em  
147 resposta, a representante do Poder Público, Andrea Sundfeld, afirmou que as  
148 informações levantadas pela conselheira, Kelly Caramelo, corresponde ao Plano de  
149 Arborização, um estudo elaborado em 2016 que orienta sobre o plantio de árvores em  
150 ambiente urbano. Ressaltou que existe uma diferença entre plantio em calçadas e  
151 plantio em áreas verdes, afirmando que o Plano de Arborização em vigência faz  
152 referência ao plantio em calçadas, porém, são efetuados plantios em números muito  
153 superiores, entre calçadas, parques e áreas verdes. Esclareceu que o Poder Público  
154 vem trabalhando para superar cada vez mais estes números. Por fim, informou a todos  
155 que já está em ação um plano para compensação das árvores que foram suprimidas na  
156 região Sul. O Presidente, Lincoln Delgado (GCE), lembrou a todos que houve uma  
157 participação significativa do Conselho na construção do atual Plano de Arborização, por  
158 meio de contribuições da Câmara Técnica constituída à época. A representante da  
159 Câmara Municipal de São José dos Campos, Dulce Rita, questionou qual o prazo para  
160 estruturação do Novo Código de Arborização, ressaltando que é de extrema  
161 importância que haja a atualização do referido Código. O Presidente, Lincoln Delgado  
162 (GCE), afirmou que o ideal é que os resultados sejam trazidos ao Conselho entre 30

163 (trinta) e 60 (sessenta) dias. Em seguida, a representante da UNESP, Klécia Massi,  
164 afirmou que possui grande interesse em participar da Câmara Técnica de Arborização  
165 Urbana, porém questionou qual a abertura que o Poder Público terá para acatar suas  
166 contribuições. Ressaltou que não há a possibilidade de se estruturar este documento  
167 em 30 (trinta) dias, dada sua complexidade. Após, a representante do Poder Público,  
168 Andrea Sundfeld, esclareceu que é mais adequado que o prazo inicial para devolutiva  
169 dos trabalhos da Câmara Técnica do Código de Arborização, seja fixado em 45  
170 (quarenta e cinco) dias, tendo em vista que também estão em desenvolvimento os  
171 trabalhos do processo de revisão do Plano Diretor, o qual está caminhando para a fase  
172 de realizações de audiências públicas, o que poderá conflitar com os trabalhos da  
173 Câmara Técnica a ser constituída. O Presidente, Lincoln Delgado (GCE), sugeriu que  
174 seja condicionado para a próxima reunião ordinária, uma devolutiva da Câmara  
175 Técnica do Código de Arborização sobre os trabalhos desenvolvidos e o prazo  
176 necessário para a finalização destes trabalhos. Na sequência, o representante do ITA,  
177 Wilson Cabral, com base na afirmação da representante do Poder Público, Andrea  
178 Sundfeld, a respeito do Plano de Arborização, questionou se há a existência de dois  
179 Planos distintos, ou seja, um Plano de Arborização para plantio em calçada e um Plano  
180 de Arborização para plantio em área verde. Em resposta, o Presidente Lincoln Delgado  
181 (GCE), afirmou que o Plano de Arborização vigente se ateve, inicialmente, às questões  
182 de plantio de árvore em calçada, lembrando que na última reunião da Câmara Técnica  
183 de Arborização vigente no mandato anterior do Conselho, restou definido entre os  
184 membros, a escolha de um Bairro do Município para se estabelecer uma nova  
185 arborização, além do compromisso da EDP Bandeirante em realizar a instalação de um  
186 cabeamento compacto de cerca de 30 (trinta) quilômetros, o que já se encontra  
187 formalizado por Contrato de Concessão, visando uma menor interferência na estrutura  
188 das árvores de rua, além de se evitar a realização de podas drásticas. Na sequência,  
189 deu início à discussão e composição das Câmaras Técnicas, conforme pauta da  
190 reunião. Destacou a necessidade de constituição de uma Câmara Técnica de  
191 Arborização específica para a estruturação do Código de Arborização, lembrando a  
192 todos que conforme estabelecido no Regimento Interno, a Câmara Técnica deverá ser  
193 composta por no mínimo 03 (três) membros e no máximo 06 (seis) membros. Sugeriu,  
194 ainda, a constituição de uma Câmara Técnica de Resíduos Sólidos e a constituição de  
195 uma Câmara Técnica dos Fundos Municipais, conforme exigência de Lei, esclarecendo  
196 que obrigatoriamente, esta Câmara deverá ser composta por 03 (três) membros do  
197 Poder Público e 03 (três) membros da Sociedade Civil, bem como coordenada pelo  
198 Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, como estabelecido no Decreto e na Lei  
199 que regulamentam os Fundos Municipais. Na sequência, solicitou a manifestação dos  
200 interessados em compor as referidas Câmaras Técnicas, enfatizando que é necessário  
201 que cada candidato se apresente e justifique sua participação. Neste momento, iniciou-  
202 se a votação para composição da Câmara Técnica Código de Arborização, de modo  
203 que 11 (onze) pessoas manifestaram o seu interesse em participar da respectiva  
204 Câmara Técnica. Na sequência, o representante do ITA, Wilson Cabral, propôs uma  
205 votação prévia acerca do número de membros que deverão compor as Câmaras

206 Técnicas, sugerindo a participação de 02 (dois) membros do Poder Público e 04  
207 (quatro) membros da Sociedade Civil, totalizando 06 (seis) membros, conforme  
208 estabelecido pelo Regimento Interno. Iniciada a votação, foram contabilizados 05  
209 (cinco) votos a favor da sugestão do conselheiro, Wilson Cabral, bem como foram  
210 contabilizados 15 (quinze) votos contrários à sugestão, restando definido que não  
211 haverá a predeterminação de membros que deverão compor as Câmaras Técnicas. Em  
212 seguida, os 11 (onze) interessados em compor a Câmara Técnica Código de  
213 Arborização, passaram a se apresentar e justificar a sua participação na referida  
214 Câmara Técnica. Durante sua apresentação, 04 (quatro) pessoas renunciaram ao  
215 pleito, restando apenas 06 (seis) interessados, os quais passaram a compor a Câmara  
216 Técnica. Deste modo, restaram definidos os membros da Câmara Técnica Código de  
217 Arborização, sendo estes, José Áureo de Faria (SAB Res. União), Osmar Ferreira  
218 (SINDNAPI), Ralf Gielow (SAVIVER), Francisco Godoy (SMC), Henrique Augusto  
219 Robertella (SEURBS) e Andrea Sundfeld (SEURBS), a qual foi indicada como  
220 Coordenadora. Em seguida, iniciou-se a votação para composição da Câmara Técnica  
221 do Plano Municipal de Resíduos, de modo que 07 (sete) pessoas manifestaram o seu  
222 interesse em participar da respectiva Câmara Técnica. Durante a apresentação dos  
223 participantes, houve uma renúncia ao pleito, restando definidos os membros da  
224 Câmara Técnica do Plano Municipal de Resíduos, sendo estes, Ricardo Law (UNIP),  
225 Wellington Nelson Zancheta (URBAM), Paulo Roberto Peneluppi (AEA), Ângela Baldan  
226 (SAÚDE), Gabriela Fachini (SMC) e Rodrigo Romanini (SEURBS), o qual foi indicado  
227 como Coordenador. Por fim, iniciou-se a votação para composição da Câmara Técnica  
228 dos Fundos Municipais, tendo o Poder Público indicado 03 (três) representantes e a  
229 Sociedade Civil indicado 03 (três) representantes, restando definidos os membros,  
230 Dérik Silva (SEURBS), Dolores Moreno Pino (SEURBS), Teles Eduardo Pivetta  
231 (SEURBS), Lincoln Delgado (GCE), Renato Traballi Veneziani (Sind. Rural) e Luiz  
232 Roberto Barretti (ABES), de modo que o Coordenador da Câmara Técnica será o  
233 Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, Marcelo Pereira Manara, conforme  
234 exigência de Lei. Constituídas as Câmaras Técnicas, o Presidente, Lincoln Delgado  
235 (GCE), encaminhou aos informes. O representante do Poder Público, Ronaldo  
236 Madureira, passou a prestar informações acerca dos trabalhos desenvolvidos durante a  
237 Semana do Meio Ambiente, informando a todos os resultados positivos desta iniciativa  
238 do Poder Público. Na sequência, o representante da UNIP, Ricardo Law, esclareceu a  
239 sua solicitação de inclusão em pauta, envolvendo a questão socioambiental no Bairro  
240 Pinheirinho dos Palmares. Informou que em visita ao Bairro, alunos da UNIP  
241 constataram o abandono e a falta de arborização na região, de modo que se faz  
242 necessária à discussão e estruturação de propostas para melhoria da situação atual do  
243 Bairro. A representante do Poder Público, Dolores Moreno Pino, esclareceu que  
244 durante o trabalho que desenvolveu na Secretaria de Gestão Habitação e Obras,  
245 durante o ano de 2017, acompanhou a regularização perante a Caixa Econômica  
246 acerca das residências na região. Informou que após a mudança das famílias, a  
247 Prefeitura passou a tratar da arborização do local, ressaltando que após o plantio de  
248 árvores, os moradores arrancavam as mudas plantadas, impossibilitando a eficácia do

249 plantio. Enfatizou a necessidade de se estabelecer um projeto de educação ambiental  
250 na região. Após, o representante da UNIP, Ricardo Law, destacou que em visitação ao  
251 local, no início da construção do Bairro, constatou que não havia estação de esgoto no  
252 local, o que constitui crime ambiental. O representante da SABESP, Gustavo Bahia,  
253 afirmou que há a existência de estação elevatória de esgoto na região, se  
254 comprometendo a trazer ao Conselho, informações acerca do destino final do esgoto  
255 do Bairro. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente, Lincoln Delgado (GCE), encerrou a  
256 reunião, agradecendo a presença e colaboração de todos, e eu, Tamires Tatiane  
257 Carvalho Adão Sant'Anna, lavrei, a presente ata.

  
\_\_\_\_\_  
José Lincoln Trigo Delgado de Almeida  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Tamires Tatiane Carvalho Adão Sant'Anna  
Secretária Executiva